

## Empreendedorismo social e trajetória individual – a história do Banco Liberdade

*Social entrepreneurship and individual trajectory-the history of the Liberty Bank*

Rebeca Pires Oliveira<sup>1</sup>  
Maria Elizabeth Antunes Lima<sup>2</sup>

### Resumo:

O artigo apresenta a relação entre a trajetória pessoal do idealizador e a concepção de um projeto de empreendedorismo social, propondo uma reflexão em torno desse tipo de projeto como busca de soluções para problemas emergentes. O foco da pesquisa foi o Banco Liberdade, localizado na cidade de Belo Horizonte/MG e que oferece microcrédito. Ele se inspirou no conceito de negócio social de Muhammad Yunus, idealizador do Gramem Bank, primeiro banco de microcrédito social, criado em 1970 em Bangladesh, visando solucionar um problema emergente em seu país. A abordagem metodológica adotada consistiu no resgate da trajetória pessoal e profissional da idealizadora do projeto por meio de entrevistas em profundidade e da técnica de observação. Os resultados destacam a real possibilidade de se empreender de forma social e construir um modelo de negócio inovador, produzindo novas formas de pensar e lidar com os recursos disponíveis, além de propor um modelo diferente de gestão. Percebe-se que a opção de um empreendedor por determinadas causas pode refletir as vivências pessoais que lhe servem de impulso para buscar respostas e transformar realidades que lhe parecem injustas e indesejáveis.

**Palavras-chaves:** Empreendedorismo social; Banco Liberdade; Negócio Social

### Abstract:

The article presents the relationship between the creator's personal trajectory and the conception of a social entrepreneurship project, proposing a reflection on this type of project as a search for solutions to emerging problems. The focus of the research was Banco Liberdade, located in the city of Belo Horizonte / MG and which offers microcredit. He was inspired by the social business concept of Muhammad Yunus, founder of Gramem Bank, the first social microcredit bank, created in 1970 in Bangladesh, to solve an emerging problem in his country. The methodological approach adopted consisted of rescuing the personal and professional trajectory of the project creator through in-depth interviews and the observation technique. The results highlight a real possibility of undertaking socially and building an innovative business model, producing new ways of thinking and dealing with available resources, in addition to proposing a different management model. It is noticed that the choice of an entrepreneur for certain social situations can reflect their personal experiences that serve as an impulse to seek answers and transform realities that seem unfair and undesirable.

**Keywords:** social entrepreneurship; Liberty Bank; Social Business

---

<sup>1</sup> E-mail: rebecapires@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: antuneslima15@gmail.com

## 1. Introdução

A palavra “empreender” relaciona-se com criação, inovação, inconformidade com a rotina. Envolve riscos, incertezas e consiste na capacidade de enxergar além do cotidiano na busca de soluções para determinado problema. Neste sentido, o empreendedor é geralmente associado com aquela pessoa que perturba e transforma a ordem vigente, buscando fazer algo diferente do habitual, ao criar um novo negócio.

Já o empreendedor social é aquele que se associa a uma causa benéfica para o outro, ou seja, o que o move, primordialmente, não é o lucro, mas a vontade de trazer solução para um problema local, respondendo a uma demanda da sociedade. Trata-se, muitas vezes, de um novo negócio capaz de oferecer respostas, quase sempre simples, a demandas reais. Mas acima de tudo, envolve um tipo de empreendimento que utiliza a expertise acumulada pela iniciativa privada para criar novos modelos e soluções (MORAES NETO, VALENTINI 2013).

Ao tratar desse tema torna-se quase inevitável se referir a Muhammad Yunus, o pioneiro mundial do “negócio social”. Nascido em Bangladesh, era professor e se tornou um ativista ao constatar a situação de extrema pobreza vivida por muitos no seu país, preferindo abandonar o meio acadêmico e fundar um banco que nomeou “banco dos pobres”. Tratava-se, na realidade, de um microcrédito para pessoas de baixa renda que buscavam empreender e sair da miséria.

O ponto de partida de Yunus foi a constatação de que pessoas de uma aldeia situada ao lado da Chittagong University, onde lecionava, tomavam empréstimos de apenas 5 takas, moeda de Bangladesh (equivalente a US\$0,007), em agiotas e comerciantes, sendo que tais empréstimos as escravizavam, impedindo-as de sair da miséria, por mais que trabalhassem. Diante dessa realidade, ele realizou uma lista de todos que deviam aos agiotas na aldeia, conseguindo levantar 42 nomes. Verificou que os empréstimos que aquelas pessoas haviam realizado totalizavam 856 takas, aproximadamente, US\$27, retirando esse valor do próprio bolso para substituir os credores. Posteriormente, com o sucesso da experiência, criou um banco conhecido como Grammen Bank, que passou a atender aos pobres em cada uma das aldeias de Bangladesh. Sua atitude repercutiu em vários países e, em 2006, foi ganhador do Prêmio Nobel da Paz (YUNUS, 2010).

Após a criação do Grammen Bank, vários outros projetos similares foram reproduzidos em diversas partes do mundo, a fim de fomentar o empreendedorismo como forma de ascensão social para pessoas da base da pirâmide. Eles partem do princípio de que a pobreza é fruto de um sistema injusto, envolvendo uma cisão entre aqueles que podem gozar de uma vida materialmente confortável e os que apenas sobrevivem submetidos a situações precárias, que poderiam ser qualificadas como uma subvida. Surgem como uma tentativa de fazer frente à desigualdade, à injustiça e à exclusão social, propondo, ao mesmo tempo, uma nova forma de viver em sociedade. Trata-se, portanto, de um tipo de empreendimento que desenvolve ou aplica estratégias que possam ter algum impacto no desenvolvimento local (OLIVEIRA 2004).

No contexto brasileiro, essa prática só começou a adquirir visibilidade na década de 1990, época em que ocorreu um crescimento das organizações do Terceiro Setor e da participação das empresas na área social. Trata-se, assim, de algo recente entre nós, embora já possamos contar com algumas experiências bem singulares e uma base teórico-metodológica relativamente sólida.

Um exemplo de empreendedorismo social, encontra-se em Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte: o Banco Liberdade. Criado a partir da metodologia de Yunus, esse banco possui como motores a inovação, a criatividade, a solidariedade, a cooperação e a capacidade de se projetar no futuro. Foi sobre ele que se realizou o estudo que será relatado a seguir.

Quem tratou da necessidade urgente de disseminação desse tipo de experiência, foi Kelly (2016), quando propôs uma crítica contundente ao capitalismo nos seus moldes atuais, o qual, segundo ela, pode culminar em um colapso social. A autora considera que a lógica vigente, baseada exclusivamente na maximização dos lucros, vem se revelando cada vez mais insustentável, podendo desembocar em um modelo econômico incompatível com toda forma de vida no planeta. São análises como essa que colocam em evidência a necessidade de se pensar em novas formas de se lidar com os recursos naturais e com a vida de modo geral.

## 2. Bases teóricas da pesquisa

### 2.1 Empreendedorismo social

O contexto do surgimento do empreendedorismo social é aquele do final do século XX e início do século XXI, quando ocorria uma aceleração do processo de globalização, cuja base eram os avanços nos meios de comunicação, na produção de conhecimento e no desenvolvimento tecnológico, em geral, mas sem conseguir reduzir os níveis sociais e humanos degradantes. A riqueza produzida e os resultados dos avanços tecnológicos continuavam acessíveis a uma parcela privilegiada da população, sendo que a exclusão social e as desigualdades são as marcas desse processo. A falta de ações governamentais eficazes frente a essas e outras questões, gerou diversas reações da sociedade civil, emergindo entre elas a figura do empreendedor social, um líder de impacto, que improvisa, interage com diversos segmentos e setores da sociedade, se arrisca e persiste a despeito das dificuldades, além de ser inconformado e indignar-se com a injustiça e as desigualdades (OLIVEIRA, 2004).

O empreendedor social, portanto, como o próprio nome sugere, é aquele que se associa a uma causa social, sendo movido, primordialmente, pela vontade de trazer soluções para os problemas identificados em determinada localidade, visando trazer respostas a algum tipo de demanda, mesmo aquela que ainda não foi explicitada. Ele é responsável por apontar tendências e enxergar problemas que ainda não foram identificados, devendo ser também capaz de tratá-los por meio de uma perspectiva inovadora (MORAES NETO e VALENTINI, 2013). Assim, embora possa se apoiar na expertise acumulada pela iniciativa privada, ele se distingue do empreendedor tradicional, pelo seu foco que se encontra prioritariamente na solução de problemas sociais, ao invés da mera busca de resultados econômicos (MELO NETO e FROES, 2002). Em suma, sua prática não é regida prioritariamente pelo mercado e nem se direciona para ele, mas para segmentos da população em situação de risco social.

O empreendedor social mede o seu retorno com base na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, no seu progresso material e espiritual-pessoal. No empreendedorismo privado, a economia é uma dimensão supervalorizada. Dela depende fundamentalmente o sucesso do projeto. (MELO NETO e FROES, 2002, p. 10).

Dessa forma, seu nível de desempenho é medido pelo impacto social e não pelo lucro obtido, além de não visar a satisfação dos clientes, no sentido instrumental em que este termo é comumente adotado, e sim o resgate das pessoas de alguma situação de risco, visando contribuir para sua emancipação. (YUNUS, 2010). Seu objetivo maior consiste em proporcionar saídas para aqueles que vivem em vulnerabilidade

social, focando no desenvolvimento de suas potencialidades, promovendo sua inclusão e autonomia. Resulta, quase sempre, na criação de um novo modelo de negócio, cuja denominação ainda não é objeto de consenso, podendo ser chamado de: empresa social, negócio inclusivo ou negócio social. (ROSELEN, ET AL, 2014)

A criatividade e a inovação, de acordo com Melo Neto e Froes (2002), são inerentes ao empreendedor, mas no empreendedorismo social, tais qualidades são canalizadas para a compreensão da sociedade e a tentativa de resolução de demandas emergentes. Esses empreendedores são capazes de identificar oportunidades, podendo se arriscar até mais do que aqueles que preferem o setor privado, já que seus projetos envolvem, quase sempre, a responsabilidade por vidas humanas. Por terem, geralmente, acesso a escassos recursos financeiros e possuírem uma pequena estrutura para atuação, os empreendimentos sociais são conhecidos como verdadeiros laboratórios de criatividade, cujo foco consiste em alcançar maior eficiência com o menor custo. São também caracterizados pelo envolvimento e conhecimento das necessidades das comunidades de baixa renda, sendo comum o estabelecimento de um bom diálogo com as lideranças comunitárias, visando construir uma relação de confiança e credibilidade para aberturas de portas e desenvolvimento de parcerias (NAIGEBORIN, 2013).

Em suma, ser um empreendedor social exige, entre outras coisas, um grau maior de autoconsciência, pois não se trata de um trabalho tradicional com horários pré-estabelecidos, recompensas monetárias e uma alta performance no alcance de metas, mas de uma atividade que se baseia em valores completamente diferentes, que podem servir de lastro para uma verdadeira missão de vida. Sem uma melhoria na condição pessoal e na autoconsciência, não é possível alcançar um real protagonismo e, portanto, uma eficiência na condução do projeto. Ao identificar-se como empreendedor social, o indivíduo já está iniciando esse processo, revelando estar mais consciente do seu “relacionamento com o mundo”, do “seu próprio ser como pessoa, seu comportamento, suas ações, pensamentos e sentimentos, desejos e interesses” (BARKI, COMINI E TORRES, 2019, p.81).

## 2.2 Negócio Social

Como já dito, o conceito de negócio social foi proposto por Muhammad Yunus, em Bangladesh, na década de 1970, quando fundou o “banco dos pobres”. O autor conceitua negócio social fora do mundo do lucro, sendo seu objetivo a resolução de um problema da sociedade, por meio de estratégias de negócios. Estes podem incluir a criação e a venda de produtos e serviços, mas sem visar ganho financeiro pessoal, uma vez que seu foco é, prioritariamente, a busca de soluções para as dificuldades identificadas no meio. Geralmente, envolve um negócio autossustentável, gerando renda suficiente para cobrir as próprias despesas, sem qualquer foco no pagamento de dividendos. Uma parte do excedente econômico é investida na sua expansão e a outra é mantida como reserva para cobrir gastos inesperados. Trata-se de uma empresa sem dividendos e que funciona como qualquer outra, entretanto, o lucro é reinvestido no projeto visando gerar impacto social. Nesse sentido, seu modelo é único e inconfundível.

O autor formulou assim os sete princípios que, segundo ele, devem reger o negócio social:

1. O objetivo do negócio é a superação da pobreza ou de um ou mais problemas em áreas como educação, saúde, acesso à tecnologia, meio ambiente etc. que ameaçam as pessoas e a sociedade – e não a maximização dos lucros.
2. A empresa alcançará a sustentabilidade econômica e financeira.

3. Os investidores recebem de volta apenas o montante investido. Não se paga nenhum dividendo além do retorno do investimento inicial.
4. Quando o montante do investimento é recuperado, o lucro fica com a empresa para cobrir expansões e melhorias.
5. A empresa será ambientalmente consciente.
6. A força de trabalho recebe salários de mercado e desfruta condições de trabalho melhores que as usuais.
7. Faça-o com alegria! (YUNUS, 2010, Pág 21).

Dados da Oxfam de 2017 apontavam sérios desafios a serem enfrentados pelo Brasil que, na época, possuía 16 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e sinalizavam que, devido à recessão econômica, outros milhões poderiam retornar a essa condição nos próximos anos. Da mesma forma, o Banco Mundial alertava para um aumento de 3% da pobreza, entre 2014 e 2017, representando cerca de 7,3 milhões de brasileiros. Evidentemente, trata-se de um cenário grave, uma vez que essas pessoas ficam impossibilitadas de ter acesso a direitos sociais básicos e a uma qualidade de vida digna, já que as políticas públicas não dão conta da demanda.<sup>3</sup> Os negócios sociais representam um dos caminhos inovadores para enfrentar esse problema. (BARKI, COMINI E TORRES 2019)

Cabe ressaltar, no entanto, que existe outra linha de pensamento que conceitua de forma diferente o “negócio social”<sup>4</sup>, representada pelos professores Stuart Hart e Michael Chu das Universidades de Cornell e Harvard, nos Estados Unidos. Eles defendem a distribuição de lucros entendendo que isto possibilita de uma forma mais veloz, a iniciativa de investidores e a criação de novos negócios (SEBRAE, 2018). Entretanto, Yunus (2010) sempre foi irredutível quanto a isso, argumentando, com ironia, que pouco veneno também é capaz de fazer mal a uma pessoa e que, ao inserir a participação pessoal no lucro, em algum momento da empresa, a decisão será entre medir o impacto social ou maximizar os lucros.

Em 2018, quando Larry Link, CEO da Black Rock, escreveu uma carta solicitando que as empresas olhassem para a sociedade e focassem em propósitos sociais e não apenas na maximização do lucro, ele conseguiu ampliar uma onda que já havia se formado e estava ganhando força. Barki, Comini e Torres (2019) percebem esse movimento como uma espécie de “reforma capitalista”, similar àquela que ocorreu na igreja católica com a reforma protestante, dizendo que, desde a década de 2010, ocorre uma busca por um propósito diferenciado no mundo dos negócios, que se manifesta, sobretudo, por uma atenção maior aos impactos sociais e ambientais de suas práticas. Concluem que, no bojo dessas transformações, existe “a busca por um propósito maior do que simplesmente a maximização do retorno aos acionistas” e, mais do que um “modismo passageiro”, esse movimento parece ser uma “tendência que veio para ficar” (p.12). Mas admitem também que se trata de um conceito ainda em construção, sendo por esse motivo que existem vários termos para denominar essas novas experiências. No entanto, embora envolvam perspectivas diferentes, todas elas possuem, em comum, o intuito de fomentar um impacto positivo na sociedade.

### 1.3 O banco comunitário

Os bancos comunitários são organizações coletivas e de apoio mútuo que compõem o campo das finanças solidárias, podendo ser vinculados ao empreendedorismo social. O objetivo é a garantia e o acesso ao

<sup>3</sup> No contexto atual da pandemia de Covid 19, é de se esperar que esse quadro se torne ainda mais dramático.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social.1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

crédito, estimulando o desenvolvimento em comunidades empobrecidas por meio da organização da economia local (RAPOSO, 2014). Para compreender seu funcionamento, é necessário recorrer ao conceito de economia solidária, que se refere às atividades econômicas cujos princípios incluem cooperativismo, autonomia, autogestão e participação democrática. (VALENTIN, 2014). Sua característica principal consiste em criar a partir da comunidade, isto é, estimular uma rede local de produção e consumo, por meio da oferta de linhas de crédito ou microfinança, que consiste na provisão financeira para pessoas que fazem parte da base da pirâmide.

Trata-se de incluir e permitir o acesso a serviços financeiros, de forma diferenciada, para a população de baixa renda. Entre os serviços ofertados, destaca-se o microcrédito social, que na década de 1990, começou a ser fomentado pela sociedade civil brasileira como meio de alcançar o desenvolvimento local. Essas novas organizações eram constituídas por pessoas jurídicas de direito privado, destacando-se, entre elas, a Blusol de Santa Catarina, a Portosol do Rio Grande do Sul e o VivaCred do Rio de Janeiro. Por ser o serviço mais citado atualmente, o termo microfinança já foi tratado como sinônimo de microcrédito, entretanto, levando-se em consideração os outros serviços ofertados, tais como seguro, poupança, acesso a meios de pagamentos, a microfinança vai além do microcrédito (GONZALES E DINIZ, 2013).

Nesse sentido, pode-se dizer que as instituições de microfinanças (IMF) tiveram início, no Brasil, em um período anterior, nas décadas de 1970 e 1980, sendo associadas a redes internacionais, tais como Women's World Bank, Sistema Ceape, Projeto Uno, dentre outros. Essas parcerias foram responsáveis por desenvolver experiências técnicas e metodologias inovadoras nesse campo, sendo a criação do programa Crediamigo, em 1998, um grande destaque. Trata-se de um programa de microcrédito orientado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), considerado como uma das principais instituições de microcréditos da América Latina, sendo um ator primordial nesse cenário no nosso país. Em 2003, passou a ser operacionalizado por meio de uma parceria entre o BNB e o Instituto Nordeste Cidadania (Inec), uma organização não governamental criada por funcionários do Banco do Nordeste em 1993. No curto período de dez anos o Crediamigo já estava presente em treze estados brasileiros, dentre eles Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe. O programa oferece linhas de crédito, abertura de conta corrente no BNB e seguro de vida, para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica (GONZALEZ E DINIZ, 2013).

### 1.3.1 Os bancos comunitários no Brasil

O primeiro banco comunitário criado no Brasil foi o Banco Palmas, localizado no conjunto Palmeira, na periferia de Fortaleza, sendo responsável por disseminar a metodologia dos bancos comunitários em todo o país por meio da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC). Em 1981, o Conjunto Palmeiras criou uma associação de moradores que conseguiu atender várias necessidades básicas da população, tais como iluminação pública, saneamento e abastecimento de água. Entretanto, em 1997, o bairro era ainda composto, em sua maioria, por desempregados e analfabetos com poucas chances de inserção no mercado de trabalho, levando, em 1998, à criação do Banco Palmas, com o objetivo de explorar oportunidades de microcrédito na comunidade.

A ideia era a de criar um sistema econômico de microcrédito social alternativo, tanto para produtores quanto para os consumidores, além de instrumentalizar o consumo local, por meio de cartão de crédito e moeda social circulante, visando à geração de emprego e renda para diversas pessoas da região.

O Banco Palmas possui três características mais importantes: a gestão feita pela própria comunidade, o sistema integrado de desenvolvimento local e o circulante local, conhecido como palmas e que complementa a moeda oficial, sendo reconhecido por todos os produtores e comerciantes do bairro. Em 2009, a moeda

palmas já era aceita por 240 empreendimentos, que ofertavam descontos de 2% a 15% para estimular a circulação da economia, sendo que uma unidade “palmas” era equivalente a R\$ 1,00, permitindo assim o câmbio entre indústrias, comércios e serviços na comunidade (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009).

No entanto, devido à baixa qualificação profissional dos moradores do Bairro Palmeiras, tornou-se inviável a plataforma de empréstimos sem antes pensar em ações complementares que visassem a criação de uma rede de solidariedade, integrando consumidores e produtores, de modo a fazer a economia circular localmente. Essa rede de solidariedade articulou três elementos: moeda social, treinamento profissional, mapeamento de produção e consumo local. (GONZALEZ E DINIZ 2013).

A partir da criação e consolidação do Banco Palmas, outras iniciativas de bancos comunitários ou de microcrédito começaram a ser fomentadas no Brasil. De acordo com Instituto Banco Palmas - IBP, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários possui um total de 103 Bancos distribuídos pelas cinco regiões do país (MENEZES, SANTOS E MARIANO 2019). Destaca-se o projeto do Banco Liberdade, idealizado por Elis Regina de Castro, cuja história será exposta a seguir.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo originou-se de um questionamento sobre as possíveis relações entre a trajetória pessoal do idealizador e a concepção de um projeto de empreendedorismo social. Ele teve, portanto, como objetivo maior resgatar a história de uma pessoa que concebeu um novo modelo de negócio social, buscando elementos que permitissem compreender como essas duas instâncias, pessoal e social, se articulam. Para isso, foi resgatada a trajetória de Elis Regina de Oliveira Pereira, uma empreendedora, que, inspirada por Yunus, no seu livro intitulado “O banqueiro dos pobres”, idealizou o Banco Liberdade. Sua história traz instigantes elementos que levam a concluir que não existe necessariamente um acontecimento extraordinário que leva à decisão de se investir em modelos alternativos de negócios, mas sim o um conjunto de experiências que vão se acumulando durante toda a existência e que culmina nesse desejo de contribuir para melhorar a sociedade.

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo cuja finalidade constituiu em analisar a trajetória de um idealizador de um novo modelo de negócio através do empreendedorismo social. Os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade e da técnica de observação.

O projeto estudado é atualmente conhecido como Banco Liberdade, tendo sido iniciado com a finalidade de oferecer microcrédito à população economicamente vulnerável de Belo Horizonte (MG), tendo como idealizadora a administradora Elis Regina de Oliveira Pereira, que baseou seu projeto na experiência de mais de 20 anos em instituições bancárias.

Adotou-se o método biográfico cujo intuito é o de apreender a singularidade de uma fala e de uma experiência, procurando desvelar os significados de acontecimentos que compõem as vivências um indivíduo em particular (LE GUILLANT, 2006; DELORY-MOMBERGER, 2012). Ao tratar do tema, Sève (1974) dizia entender a biografia como uma categoria antropológica fundamental, colocando seu resgate como uma forma de se avançar na compreensão de como se dão os processos de individuação. Em outros termos, trata-se de pensar sobre o que o ser humano faz da sua vida e o o que sua vida faz dele. Nesse sentido, o autor entende que as dinâmicas biográficas refletem as contradições inerentes às relações constitutivas de uma dada sociedade, sendo entendida como um cronologia inscrita em uma história. Aqui, o termo é tomado também no seu sentido objetivo (curso de vida) e não apenas subjetivo (relato de vida), tentando obter o relato do sujeito dentro de uma cronologia dos acontecimentos, sempre levando em conta

os dados concretos extraídos do seu contexto vital, incluindo o modo como ocupa seu tempo, o que prioriza no seu cotidiano. (SÈVE, 1974).

O esforço, portanto, foi no sentido de resgatar a trajetória de Elis Regina, desde sua infância até a construção do projeto Banco Liberdade, por meio de uma série de entrevistas em profundidade, sendo todas gravadas e transcritas pelo pesquisador. Ofereceu-se a ela um espaço para desenvolver e explorar mais amplamente os temas propostos, possibilitando um melhor conhecimento a respeito da suas ações, seus sentimentos e anseios.

Em um segundo momento foi realizada uma observação *in loco*, o que permitiu ir além da escuta das informações, proporcionando um contato mais direto com a realidade pesquisada (MARCONI e LAKATOS, 2001). Por meio dessa técnica foi possível analisar a inserção do Banco Liberdade em uma comunidade e presenciar como é feita a divulgação do projeto a fim de buscar novos participantes, além das etapas para a sua execução.

### 3. A HISTÓRIA DE ELIS REGINA <sup>5</sup>

#### 3.1 A primeira infância e a vida familiar

Elis Regina nasceu em 28/10/1966, em uma roça, próxima a um vilarejo chamado Cachoeira Grande, distrito da cidade de Jacobina e situado no sertão da Bahia. As terras onde nasceu eram conhecidas como “Ladeira Cavada”, tendo sido herdadas pelo seu avô, que era considerado próspero, embora tenha falecido ainda jovem. Sua avó que ficou viúva com muitos filhos para criar, não conseguiu cuidar das terras sozinha, vendendo a maior parte.

É a quinta filha de oito irmãos, sendo que dois morreram ainda crianças, já que a mortalidade infantil era alta na região, não havendo postos de saúde nem saneamento básico. Morriam por sarampo, varicela, verminose e não recebiam vacinas. Elis não se lembra da idade que tinha quando foi vacinada pela primeira vez, mas recorda-se que já era uma criança bem crescida.

Como todos os irmãos, Elis nasceu de parto normal, dentro de casa, com o auxílio de uma parteira. No local onde viveu durante seus primeiros anos de vida não tinha luz elétrica, nem banheiro, sendo utilizada uma iluminação de lamparina com querosene. O banho era no rio que corria nas terras onde moravam, circunstâncias que ela aborda com muita naturalidade: *“o rio era de todos e pedíamos sempre a Deus para chover e não deixar o rio secar. Às vezes, ficava três anos sem chuva e o rio quase secava, depois chovia demais e alagava tudo”*.

Ela se recorda de sua mãe, Josefa, sempre trabalhando na roça e levando todos os filhos para ajudar. *“Era o homem e a mulher da casa, meu pai sempre sumia em busca de trabalho e de vender tudo o que minha mãe produzia. Um dia ele saiu e não voltou mais”*. Ela incentivava os filhos a irem à escola, dizendo que se quisessem vencer na vida, precisariam estudar e trabalhar muito. *“Cresci ouvindo isso e aprendi”*.

Elis e os irmãos estudaram em escolas rurais, sendo que o acesso era difícil. Tinham que percorrer um longo caminho sob o sol que queimava a pele e a cabeça. Às vezes, pegavam carona em um carro de boi. A escola visava apenas a alfabetização, sendo que todos os alunos ficavam juntos ao redor de uma grande

---

<sup>5</sup> Todas as informações que serão repassadas a partir daqui, são de total conhecimento da entrevistada, sendo sua divulgação autorizada por ela.

mesa. Não havia separação de séries e todos se conheciam, pois os primos e amigos da redondeza iam para a mesma escola. Elis Regina sempre gostou de estudar e tinha facilidade em aprender e ensinar. Era considerada a “professora” dos irmãos e primos.

Certa vez, quando a seca não permitia mais o sustento com o que era produzido na roça, sua mãe se mudou com os filhos para trabalhar na cidade como faxineira em um asilo. Complementava a renda trabalhando como passadeira ou lavadeira e nunca deixava “faltar o pão”. Elis relata emocionada que “quando faltava, dividíamos o que tinha”. Não havia comemoração de Natal ou de aniversário nem tinham acesso a brinquedos. Brincavam de roda ou inventavam outras brincadeiras com as demais crianças.

Ainda bem pequena, aos dez anos de idade, Elis começou a trabalhar como babá, cuidando de duas crianças, sendo que todos os irmãos trabalhavam para ajudar nas despesas da família. Quando percebeu que não poderia mais avançar nos seus estudos, no local onde moravam, manifestou o desejo de mudar-se para uma cidade maior, escolhendo Belo Horizonte, onde já residia uma das suas irmãs.

### 3.2 A mudança para Belo Horizonte

Aos treze anos, mudou-se para Belo Horizonte, deixando para trás a escola, sua vida na cidade de Jacobina, seus irmãos e amigos, em busca de um futuro desconhecido. Sua intenção era estudar, trabalhar, vencer e ajudar sua mãe a ter uma casa, além de trazer os outros irmãos para junto de si. De início, morou com a irmã mais velha que havia se casado e se mudado para Belo Horizonte, devido ao emprego do marido. Elis cuidava da sobrinha e ajudava nas tarefas da casa.

Não demorou a conseguir o primeiro emprego, pois no colégio em que estudava contou sua história para a diretora, pedindo que lhe desse um posto de secretária. Como isso não era possível, um dos professores a indicou para trabalhar como auxiliar de caixa em uma ótica situada no centro da cidade. Trabalhou ali dos 14 aos 17 anos, sendo que, em cinco meses, com muito esforço, foi promovida a caixa, embora seu desejo fosse tornar-se vendedora:

“Trabalhava de dia e estudava à noite. Fui melhorando e consegui ser promovida para caixa. Descobri cedo que precisava melhorar sempre. Vi que os vendedores ganhavam mais e queria melhorar. Meu sonho era alugar um barracão e trazer meus irmãos para tentarem oportunidades de vencer na vida”.

Com o passar do tempo, Elis conquistou a simpatia dos colegas e clientes da ótica, recebendo o apelido de “baianinha”. Dessa forma, conseguiu aumentar a clientela e foi promovida a vendedora. A rotina de trabalho na nova função passou a ser mais dura, pois era obrigada a ficar de pé durante toda a jornada. A dificuldade era ainda maior por ter de pegar um ônibus todas as noites e ir para escola, onde muitas vezes dormia na carteira, vencida pelo cansaço. Como era muito dedicada, recebia quase sempre o título de vendedora do mês, o que lhe permitiu aumentar sua renda e, aos 16 anos, alugar um barracão, trazendo um dos irmãos para junto de si. Aos 17 anos, comprou o primeiro lote.

Seu destaque como vendedora, fazia com que fosse deslocada para as lojas da rede que não estavam muito bem nas vendas. Em uma dessas mudanças, trabalhou em frente a um grande banco situado no centro de Belo Horizonte, que logo atraiu sua atenção: “o banco era todo de vidro fumê, era tudo muito bonito e eu ficava pensando: um dia vou trabalhar ali”.

Era comum receber na ótica, pessoas idosas para consertar os óculos, sendo que Elis tinha muita paciência com esses clientes. Durante um desses atendimentos, ao prestar os cuidados necessários ao cliente, este lhe perguntou se já havia pensado em trabalhar em banco, dizendo que ela tinha um bom perfil para esse tipo de atividade. “Eu não sabia o que era perfil e nem o que era banco”, disse com certa ironia.

Como esse cliente era um dos diretores do banco vizinho à ótica, indicou-a para participar de uma seleção. No entanto, para entrar no processo seletivo era necessário dominar a datilografia, o que a levou a iniciar um curso no horário do almoço para se preparar para a prova. Ao tomar essa decisão, passou a sacrificar o almoço e a passar quase todo o dia com fome.

O sacrifício valeu a pena, já que Elis passou em todas as etapas da seleção e iniciou sua carreira no banco como auxiliar de controle de cobrança e, posteriormente, passando para as áreas de contabilidade, conta corrente, caixa, até conseguir uma oportunidade como assistente de gerência, que era seu foco. Durante esse período, conseguiu trazer toda a sua família para morar em Belo Horizonte.

A necessidade de conciliar trabalho e estudo, além do desejo de ajudar sua família, fez com que exigisse muito de si mesma, sendo que, durante alguns anos, trabalhou também como babá, nos fins de semana, para ter condições de pagar a faculdade.

O emprego no banco representou um alívio, mas, após algum tempo, começou a se sentir insegura, pois percebeu que algumas filiais estavam sendo fechadas. Apesar disso, em função das competências acumuladas, em um de seus atendimentos, um cliente a indicou para trabalhar em um banco americano.

### 3.3 A continuidade da carreira bancária

A entrada para o segundo banco, exigiu que Elis passasse por um processo seletivo, concorrendo com um grande número de candidatos por apenas uma vaga. Participou de todas as etapas e foi a escolhida, sendo que, em janeiro de 1990, aos 24 anos, iniciou uma nova carreira. A primeira função foi de coordenadora de telemarketing, em seguida, recebeu várias promoções, passando de gerente júnior a gerente pleno até chegar a gerente sênior.

Sua trajetória foi repleta de desafios, uma vez que o ambiente bancário, como ela mesma definiu, é excludente, desigual e, palco frequente de assédio moral. Embora seu desempenho fosse considerado excelente, perdeu muitas promoções importantes, seja pela alegação de que uma gravidez havia “atrapalhado”, seja por não ser “bruta” o suficiente para exercer o cargo. Não era incomum se deparar com um colega ocupando a mesma posição sua e recebendo um salário maior, mesmo produzindo menos, revelando a desigualdade de gênero presente nesse contexto de trabalho.

Em 2007, um banco brasileiro comprou toda a operação do banco americano na América Latina e essa nova experiência foi vivida com dificuldade, pois nesse período ela estava grávida. Elis havia se casado aos 26 anos e, naquele momento, estava gestando seu terceiro filho.

*“Me avisaram que esse banco brasileiro massacrava mulheres que engravidavam, que eram colocadas numa espécie de geladeira, perdiam suas funções e ficavam tampando “buracos”, cobrindo férias”.*

Segundo ela, assim que chegou do hospital, recebeu uma ligação de um gestor do banco que sequer a cumprimentou pelo nascimento do bebê ou lhe perguntou como estava passando. Apenas a informou que havia colocado outra gerente em seu lugar. *“Eu perdi uma carteira com 600 clientes e meu mundo caiu”.*

O período da licença maternidade foi muito difícil, pois não sabia o que esperar após seu retorno. Após quatro meses, quando retomou suas atividades, percebeu que a “punição” continuava, pois ouvia frequentemente do seu superior que, ao decidir ter filhos, tornou-se um péssimo modelo para o banco. Não tinha sequer uma mesa de trabalho e era obrigada a ficar em pé durante toda a jornada: *“eu ainda*

*amamentava, tinha muito leite e precisava ordenhar a cada 2 horas*". Foram-lhe oferecidas duas opções: cobrir férias dos colegas ou ir trabalhar em uma agência bem mais distante. *"Não aceitei esse local mais distante, pois tinham muitas agências próximas de onde moro. Estava arrasada com a humilhação que estava sofrendo por ser mulher e mãe e pedi pra sair"*.

Mudou-se, então, para um banco europeu, situado também em Belo Horizonte, onde trabalhou entre 2008 e 2013, quando foi fechada a filial brasileira. Desde então, encerrou sua carreira bancária, já que, devido à sua idade, os bancos não a contratavam mais.

Ao todo, foram 27 anos de trabalho no setor bancário, sempre se destacando como boa profissional. Durante sua carreira formou-se em Administração de Empresas pela Faculdade ICES/Isabela Hendrix e realizou um MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou durante a maior parte desse tempo na área financeira, acumulando experiências em mercado de capitais, crédito, cobrança, investimentos e finanças corporativas. Foi associada do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, possui certificação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Além disso, atuou como voluntária em vários projetos sociais nas corporações onde trabalhou.

Ao se ver desempregada, em 2013, divorciada e com a responsabilidade de educar três filhos., Elis enfrentou uma das maiores dificuldades da sua vida, sentindo-se insegura, sobretudo, em função da crise político-financeira que o país atravessava, com um alto índice de desemprego. Nada disso, no entanto, a impediu de iniciar um projeto completamente novo.

### 3.4 O Banco Liberdade

Toda a trajetória de vida e a experiência profissional adquirida por Elis Regina serviram de estímulo para que desse início ao projeto do Banco Liberdade, passando a atuar no campo do empreendedorismo social. Na infância, viveu situações de extrema carência material, mas venceu com o apoio e exemplo de uma mãe forte e batalhadora que nunca deixou os filhos desistirem da busca por melhores condições. Como conseguiu superar essa dificuldade inicial, passou a acreditar que todas as pessoas possuem potencial para mudarem suas histórias, sem se tornarem dependentes de políticas assistencialistas: *"acredito que cada ser humano tem uma potencialidade que pode ser desenvolvida e utilizada para o benefício próprio"*. Ademais, sua história lhe permitiu desenvolver a capacidade de olhar para o outro, de captar suas necessidades e apreciar sua companhia, conforme expressou: *"amo estar com pessoas por perto"*.

Apoiando-se na experiência que adquiriu no mercado financeiro e, após a leitura do livro de Yunus, Elis elaborou o projeto do Banco liberdade, concorrendo a um edital do Projeto Dignidade, uma incubadora de negócios sociais da Fundação Dom Cabral (FDC), instituição de negócios que estimula inovações por meio da educação nacional e internacional, sustentada por alianças estratégicas e acordos de cooperação com instituições na Europa, Estados Unidos, China, Índia, Rússia e América Latina. A FDC selecionou 300 projetos, sendo 20 deles direcionados para a incubadora Dignidade. O Banco Liberdade foi um dos projetos aprovados, tendo passado por uma incubação de um ano e meio, que incluiu um curso de gestão social para redução da pobreza e das desigualdades, a fim de proporcionar o apoio técnico necessário.

A maior finalidade do banco consiste em contribuir para reduzir a pobreza e as desigualdades por meio da concessão de microcrédito, de maneira justa e simples, a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Seu foco de atuação são as comunidades carentes, fomentando a criação de micronegócios e apoiando as pequenas economias locais para que o dinheiro circule dentro da própria comunidade. Também é ofertado um curso de educação financeira básica e educação empreendedora para aqueles que desejam iniciar algum empreendimento, de modo que os micronegócios sejam sustentáveis e viáveis no longo prazo. Nos termos de Elis Regina,

“buscamos promover mudanças e melhorar a realidade das pessoas, apoiando e incentivando iniciativas empreendedoras e ações socioeducativas. Acredito que todas as pessoas podem sair da miséria, assim como eu consegui”.

Alguns valores têm servido de base para a proposta: acreditar nas pessoas e na sua força de trabalho, ofertar oportunidade para todos, propor serviços financeiros justos, proporcionar educação financeira e promover negócios sustentáveis. Sua meta consiste em ser reconhecido até 2023 como uma Fintech Digital Social de microcrédito, atendendo microempreendedores de Minas Gerais e do Brasil. Delimita seu público alvo em três grupos: o primeiro é composto por jovens empreendedores a partir de 18 anos; o segundo, por empreendedores adultos em potencial, ou seja, homens e mulheres de 30 a 70 anos; e o terceiro, por empreendedores estabelecidos, isto é, aqueles que já possuem um micronegócio. É oferecido um crédito parcelado, além de cursos de educação financeira básica e educação empreendedora. Até o momento da pesquisa, o banco já havia participado da criação de vários micronegócios, nos setores de alimentação, artesanato, beleza, entre outros.

Segundo sua fundadora, já foi possível promover algumas mudanças que, apesar de pequenas, fizeram muita diferença em certos grupos familiares. No entanto, deixa claro que existem ainda muitos desafios a serem vencidos para a consolidação da experiência, pois nem sempre é fácil a adesão da comunidade, que na maioria dos casos é representada por um líder da Associação do Bairro, por coordenadores de ONG's ou líderes religiosos. Estes tendem, algumas vezes, a interpretar sua proposta como “ameaça” a outros projetos já existentes na comunidade. Entretanto, nos locais onde já conseguiu adentrar, novas oportunidades foram criadas, assim como outros tipos de conhecimentos foram desenvolvidos, fatores que ela considera primordiais para uma transformação de situações de pobreza.

Quanto ao seu modo de aproximação, primeiramente, Elis trabalha a autoestima das pessoas, pois devido ao longo tempo vivendo em uma situação de carência, muitas delas pensam que não possuem potencial para transformar suas vidas sem a ajuda de doações ou outras iniciativas assistencialistas. Assim, a primeira etapa é uma conversa com a comunidade, visando oferecer explicações sobre o que é empreendedorismo e sobre a capacidade que cada um possui de criar e desenvolver suas potencialidades, fomentando o questionamento em torno de novas oportunidades de negócios. Em um segundo momento, essas pessoas são orientadas sobre o mercado e os riscos do negócio escolhido, recebendo um treinamento de educação financeira básica e uma avaliação quanto ao valor que irão necessitar para iniciar seu empreendimento. A terceira etapa é de monitoramento, acompanhamento do empréstimo concedido e avaliação do projeto do microempreendedor, realizados por meio de visitas e orientações semanal, quinzenal e mensal, feitas por uma equipe do banco. Esse trabalho também tem a presença de um “anjo mentor” que faz o trabalho de mentoria junto ao microempreendedor, acompanhando-o e orientando-o no que for necessário.

### 3.5 Contexto Atual

Elis Regina continua a residir em Belo Horizonte, para onde trouxe sua mãe e irmãos. Foi casada por 21 anos, divorciou-se e vive com seus três filhos. Sua mãe, sofreu um AVC, em 2017 e infelizmente ficou com sequelas. *“Mesmo com as sequelas impostas pela doença ela segue forte, com grande resiliência e dignidade no olhar, nos dando o exemplo de que temos que ter força e fé para encarar os desígnios da vida”.*

Após se afastar da carreira bancária e criar o Banco Liberdade, começou a empreender na área comercial, abrindo uma startup no ramo de podologia onde oferece todos os tipos de cuidados e tratamentos para a saúde dos pés. Segundo ela, o tratamento que oferece é humanizado e o preço é justo, ofertando um serviço de qualidade que visa o seu crescimento pessoal, mas também de toda a equipe.

Segue um modelo de empreendedorismo colaborativo, onde não apenas ela, enquanto proprietária, mas todos os que participam do empreendimento, recebem uma remuneração justa. A empresa tem crescido bastante, sendo que sua meta é a de criar franquias e disseminar o projeto, já que o considera especial por representar uma inovação na área, não apenas na humanização nos cuidados que oferece, mas também na sua forma de gestão.

Além de coordenar o Banco Liberdade, a Clínica do Pés e uma empresa de Consultoria Financeira, Elis atua como professora de uma cooperativa de jovens aprendizes na área financeira e de empreendedorismo, participando também, como professora voluntária, em projetos sociais.

Ela finalizou assim seu relato: “*sou completamente cheia de sonhos que se realizam. Tenho muita inspiração e vontade de criar novos negócios sustentáveis e que inspirem pessoas. Descobri que sou super empreendedora, então, estou sempre em busca de novas oportunidades de negócios que causem impactos bons na vida das pessoas*”.

#### 4 CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a experiência aqui relatada, pelo menos uma questão emerge de forma inevitável: de onde devem partir as mudanças necessárias para transformar nosso contexto social? Do governo? Das grandes empresas? Do terceiro setor? De outras iniciativas da sociedade civil?

Nada impede que projetos, visando transformar a sociedade, venham de todos esses lugares, porém, este estudo evidenciou que podem também originar de iniciativas de pessoas comuns que pensam em ações incomuns. As ideias de “querer ajudar” e de “fazer a diferença” parecem ser os pontos de partida, entretanto, precisam ser amparadas pelo conhecimento e pela capacidade de gestão até tomarem forma e se tornarem um novo tipo de empreendimento ou mesmo uma inovação social. Somente assim produzirão impactos e gerarão verdadeiras mudanças, proporcionando o desenvolvimento efetivo das pessoas.

Tudo indica que é possível aderir a uma causa social a partir da experiência de vida, desde que esta permita uma maior abertura para o outro e suas necessidades. Elis Regina representa um entre muitos exemplos de pessoas que, por meio da educação familiar e formal, somada à experiência profissional, conseguiram alcançar altos voos ao longo da vida. No entanto, não deve ser vista como uma receita a ser copiada, mas sim como um exemplo de que é possível pensar além de si mesmo e de suas necessidades estritamente pessoais, trazendo formas inovadoras de pensar, de produzir e de reproduzir a vida.

A partir das reflexões propostas por teóricos como Sève (1974), sabe-se hoje ser impossível pensar a biografia individual sem remetê-la às formações sociais de onde emergiu. Isto significa que se deve pensar os indivíduos a partir do contexto no qual seus atos se efetivam, sendo exatamente este o objetivo do resgate da trajetória de Elis Regina. Em outros termos, ficaria difícil compreender o caminho escolhido por ela, sem buscar suas origens sociais e seu percurso acadêmico e profissional.

Finalmente, cabe ressaltar que o Banco Liberdade ainda está em processo de crescimento e em busca de um investidor com “alma social”, que não vise só o lucro pelo lucro. Sua proposta é simples: oferecer uma experiência bancária, financeira e monetária justa, que não destrua o ecossistema financeiro das pessoas que precisam fazer um empréstimo, mas que seja uma forma de apoio ou mesmo uma ponte. O curto

caminho que percorreu já revela que esse tipo de proposta tem um potencial transformador. A sua história vem sendo construída em relação estreita com a trajetória e as vivências de Elis Regina, que conseguiu transpor sua expertise na área do empreendedorismo privado e na carreira bancária para um projeto de empreendedorismo social.

Não se deve esquecer, todavia, que a concretização de uma proposta como essa envolve possibilidades, mas também enormes desafios, sendo um campo que está apenas se iniciando entre nós e que, portanto, deve ser mais explorado, inclusive por meio de pesquisas, de modo a se conseguir avaliar melhor seus impactos e sua viabilidade.

## REFERÊNCIAS

BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES Haroldo da Gama. **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: Fgy, 2019. 376 p.

GONZALEZ, Lauro; DINIZ Eduardo. **Negócios com impacto social no Brasil: O novo campo dos negócios com impacto social**. São Paulo: Peiropolis, 2013. 249 p.

KELLY, Marjorie. **Capitalismo alternativo e o futuro dos negócios**. São Paulo, 2013. 267 p.

LE GUILLANT, Louis. Escritos de Louis Le Guillant - da Ergoterapia à Psicopatologia do Trabalho. Petrópolis. Vozes. 2006

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. Revista e ampliada; ed 6, São Paulo, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, Cesar. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. São Paulo: Qualitymark Editora, 2002. 232 p.

MENEZES, Daniel Teixeira; SANTOS, Rafael Carvalho dos Santos; MARIANO, Sandra Regina Holanda. *Gestão e Regionalidade*, vol 35, n 109, 2019. Disponível em:

[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/gr.v35i106.5105/2814](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/gr.v35i106.5105/2814) Acesso em: 11 de agosto de 2021.

MORAES NETO, Antonio Ermínio de; VALENTINI, Nina. **Negócios com impacto social no Brasil: Empreendedores de negócios com impacto social**. São Paulo: Peiropolis, 2013. 249 p.

NAIGEBORIN, Viviane. **Negócios com impacto social no Brasil: O novo campo dos negócios com impacto social**. São Paulo: Peiropolis, 2013. 249 p.

RAPOSO, Jaciara Gomes; FARIA, Maurício Sardá de. Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local. *Revista Organizações em Contexto*, v. 11, n. 22, p. 551-569, 2015.

RESOLEN T, TISCOSKI G P, COMINIG M, Empreendedores social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da publicação nacional e internacional. *Revista inter-disciplinar de gestão social*, v.3, n.1, pg.85-105,2014.

SEBRAE. Brasília: Sebrae, 2018. **Negócios de impacto social**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>

Acesso em: 01 de set/2018.

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto; MAGALHÃES, Sandra. **Economia solidária e políticas públicas: BANCOS COMUNITÁRIOS**. 2009. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4059/1/bmt41\\_10\\_Eco\\_Bancos\\_41.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4059/1/bmt41_10_Eco_Bancos_41.pdf)

Acesso em: 18 jun. 2018.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social: da teoria à prática do sonho à realidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2004. 211p.

SÈVE, L (1974) *Marxisme et Théorie de la Personnalité* – Paris: Éditions Sociales, 5ª ed.

VALENTIN, Fernando Farias. A questão do crédito na economia solidária: uma investigação do caso da grande ABC. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

YUNUS, Muhammad. **Criando um negócio social**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2010.219 p.